

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2012, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência da senhora vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira por estar, em representação do senhor Presidente da Câmara, a presidir ao “Parlamento Jovem” do Agrupamento Vertical de Escolas.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

RELIGIÃO (COD 54)

Presidente

Secretário

O senhor presidente da Câmara informou o executivo que no próximo dia 29 de janeiro, iria tomar posse o novo Bispo da Diocese de Lamego, cujo programa será: receção ao senhor Bispo D. António Couto junto à rotunda da A24 pelas 15h30 seguindo-se o cortejo até à Catedral da Sé.

As cerimónias decorrerão na Sé Catedral e terão início às 16h, findo estas, haverá um jantar no Seminário Maior de Lamego.

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do teor do ofício emanado da Associação de Andebol de Viseu, datado de 9 de janeiro de 2012, no qual agradecem à Câmara Municipal, todo o esforço, disponibilidade, carinho, atenção e apoio prestado à organização do jogo de andebol de qualificação para o campeonato do mundo – Portugal vs Turquia, sem os quais não teria sido possível atingir tamanho êxito.

A cidade de Lamego, o Concelho, a Região, as pessoas e as entidades envolvidas quer na organização, quer na retaguarda, estão de parabéns pela lição de boa organização dada ao país, principalmente através das imagens transmitidas pela RTP2.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSUNTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 1ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 535.128,00€, reforçando-se as despesas com as transferências e os empréstimos a médio e longo prazo. Procede também à 1ª alteração do Plano de Atividades anulado em 192.380,00€ e reforçado em 28.095,20€ e à 1.ª Alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 524.548,00€ e reforçado em 208.520,75€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ASSUNTO: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)

Presidente

Secretário

O senhor presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 19 de Janeiro de 2012, cuja dotação orçamental é de 749.284,38€ e dotação não orçamental é de 82.908,59€.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 10 DE JANEIRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 10 de janeiro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: DUARTE NUNO DA SILVA ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 21/01/12, do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 7/DMSU, de 9 de janeiro de 2011, seja autorizado a retificação da fatura n.º 135391/novembro /2011, no valor de 484,36 €, correspondente ao gasto de 174m3, da instalação n.º 24108, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 143,10 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: JOÃO FERNANDES REBELO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 22/01/12, do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 21/DMSU, de 10 de janeiro de 2012, seja autorizado a retificação da fatura n.º 157574/dezembro /2011, no valor de 98,76 €, correspondente ao gasto de 62m3,

Presidente

Secretário

da instalação n.º 911, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 34,41 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURAS DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: BELARMINO DE JESUS FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 23/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 952/DMSU, de 14 de dezembro de 2011, seja autorizado a retificação da fatura n.º 126492/outubro/2011, no valor de 1.061,41 €, correspondente ao gasto de 414 m3, da fatura n.º 139770/novembro/2011, no valor de 270,26 €, correspondente ao gasto de 95m3, e da fatura n.º 153041/dezembro/2011, no valor de 564,34€, correspondente ao gasto de 211m3, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a serem de 196,68€, 60,43€ e 109,61€, respetivamente.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO DE FACTURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: FRANCISCO ANTÓNIO VINGADAS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 24/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 4/DMSU, de 13 de janeiro de 2012, seja autorizada a retificação da fatura n.º 152866/dezembro /2011, no valor de 114,41 €, correspondente ao gasto de 44m3, da instalação n.º 911, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I,

Presidente

Secretário

Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 44,89 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: COBRANÇA DE TAXA DE SANEAMENTO - ACERTO DE FACTURAÇÃO (COD 01)

REQUERENTE: ESTER BALBINA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 25/01/12, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 24/DMSU, de 11 de janeiro de 2012, seja autorizado um crédito de 199 m3 em consumos de água da instalação predial n.º 21218, a considerar na faturação subsequente.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO RODRIGUES FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 26/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 27/DMSU, de 11 de janeiro de 2012, em que dá conhecimento que o do contador de água foi removido e desligado do sistema predial, referente à instalação n.º 1349, sita no Lugar do Cemitério, freguesia de Ferreirim, e cujo titular do contrato de fornecimento de água é o senhor António Rodrigues Ferreira, pelo que propõe à Exma. Câmara a instauração do processo de contraordenação contra António Rodrigues Ferreira.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: FRANCISCO MANUEL OLIVEIRA TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 27/17/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, que vem acompanhada da informação n.º 28/DMSU, de 12 de janeiro de 2012, em que dá conhecimento do

Presidente

Secretário

rebetamento do selo de corte referente ao contador de água n.º 3830580, da instalação predial n.º 23827, sita no Lugar de Cal e Aljaroz, Lote 1 e cujo titular do contrato de fornecimento de água é o senhor Francisco Manuel Oliveira Teixeira, pelo que propõe à Exma. Câmara a instauração do processo de contraordenação contra Francisco Manuel Oliveira Teixeira.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 278/2009 (COD 17)

ARGUIDA: CINIRA MARIA MADEIRA ANTUNES MELO

Presente proposta de deliberação n.º 28/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo que vem acompanhada do relatório da instrutora nomeada e que se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando a fazer parte desta decisão, propondo que, nos termos do n.º 2 do artigo 54º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja considerado prescrito o presente procedimento contra-ordenacional, dado o decurso do respetivo prazo legal, acrescido de metade desse prazo, ou seja, desde 17 de Novembro de 2011, pelo que propõe o arquivamento dos autos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

10-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 365/2010 (COD 17)

ARGUIDA: MARIA ONDINA DE CARVALHO TEIXEIRA GONÇALVES

Presente proposta de deliberação n.º 29/17/12 do senhor Presidente da Câmara para que, dos artigos 51º e 32º de Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na sua atual redação, propõe condenar Maria Ondina de Carvalho Teixeira Gonçalves, pela prática da contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, diploma que aprovou o Regulamento Geral do Ruído e punida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 22º da Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto e pela declaração de Retificação n.º 70/2009, de 1 de Outubro, por violação do disposto no artigo 15º, n.º 1 do citado Decreto-Lei, na pena de admoestação.

Mais propõe à Exma. Câmara que a pena de admoestação seja proferida, por escrito, advertindo solenemente a arguida para que, futuramente, não reincida na prática de fatos similares, pois caso tal se viesse a verificar, certamente que a

Presidente

Secretário

realização das finalidades preventivas e punitivas somente ficaria salvaguardada com o recurso a uma medida mais gravosa, traduzível na aplicação de uma coima. No que concerne a sanções acessórias genericamente previstas nos artigos 21º e seguintes do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, não se justifica a sua aplicação no caso concreto.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS COM A QUEDA DO MURO DE SUPORTE DA VARIANTE DE CAMBRES (COD 17)

REQUERENTE: DELFIM DA SILVA CARDOSO SOARES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 35/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal referindo que, com base na informação n.º 605/DAC, de 20 de dezembro de 2012, bem como no parecer do Chefe da DAC exarado sobre a mesma, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere indemnizar o requerente pelos prejuízos sofridos no prédio denominado Quinta do Engenho, decorrentes da queda do muro de suporte da Variante de Cambres, no valor de € 8.393,40 + IVA, conforme orçamento junto à informação n.º 54/DOM, de 28 de fevereiro de 2011.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

12-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A ACIDENTE DE VIAÇÃO (COD 17)

REQUERENTE: JOÃO JOSÉ FONSECA MARTINHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 35/17/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 96, datada de 1 de março de 2011, e se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais a qual refere que, em 3 de fevereiro de 2009, deu entrada nesta Câmara Municipal, uma reclamação/exposição apresentada pelo requerente identificado em epígrafe, devido a um acidente de viação que foi originado por um buraco existente na Estrada Municipal 524, na freguesia de Várzea de Abrunhais.

Face ao exposto, e tendo em consideração o princípio da legalidade, consagrado no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que é um dos princípios basilares que norteiam a atividade administrativa, verificando-se que a

Presidente

Secretário

responsabilidade da ocorrência do acidente é, em primeira linha, desta autarquia, propõe à Exma. Câmara Municipal, o pagamento da indemnização solicitada pelo requerente, no valor de € 170,02, com IVA incluído.

Deliberado: A Câmara Municipal de Lamego deliberou, por unanimidade, atribuir uma indemnização ao senhor João José Fonseca Martinho, no valor de 170,02 € (cento e setenta euros e dois cêntimos), com IVA incluído, condicionada à existência de disponibilidade financeira, para efeitos de cabimento, requisição e pagamento.

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 30/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 4 de fevereiro de 2012, das 23.50h às 00.10h, a realizar no Largo da Capela – Freguesia de Ferreiros de Avões, para as festas em Honra de Nossa Senhora das Candeias.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

14-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (**COD 26**)

REQUERENTE: COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE S. BRÁS – MEIJINHOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 31/26/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, nos termos do n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, seja autorizado o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, no dia 4 de fevereiro de 2012, das 23.00h às 00.00h, a realizar no Campo de Futebol na Freguesia de Meijinhos, para as festas em Honra de S. Brás.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: PERIGO DE DERROCADA DE UM CAMINHO (COD 42)

REQUERENTE: MARIA REGINA FONSECA SANTOS CLARO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DOS MADUROS – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 32/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face ao auto de vistoria n.º 44, de 30 de agosto de 2011, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: EDIFÍCIO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ARMINDA CONCEIÇÃO FERREIRA MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CHALÉ – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 33/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, face ao auto de vistoria n.º 64, de 28 de dezembro de 2011, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente solicitar parecer à DRCN sobre o tipo de intervenção possível no imóvel.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

17-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE OFICINA DE PIROTECNIA (COD 42)

REQUERENTE: DUARTES – PIROTECNIA, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CUME, VILA CHÃ – PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 4/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, tendo em conta o teor da informação n.º 3620/DUDE, de 13 de setembro de 2011, e de acordo com o disposto no artigo 38º do n.º 5, do Regulamento do PDM, propõe à Exma. Câmara

Presidente

Secretário

Municipal que delibere sobre o interesse concelhio da pretensão referenciada em epígrafe, a fim de ser permitida a sua legalização, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 38º do referido Regulamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (COD 51)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO – BAR TREBARUNA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 36/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 4, 5, 11, 12, 18, 19, 22, 25 e 26 de fevereiro de 2012, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do nº 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

19-ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO (COD 51)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 45/51/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que, encontrando-se em vigor o Regulamento de Taxas e outras receitas do Município de Lamego aprovado em reunião de 17 de Novembro de 2009 pela Câmara Municipal, existe a necessidade de efetuar a sua atualização para o ano de 2012, face as inúmeras situações de alteração de legislação ou de recente jurisprudência, entretanto aprovadas, e noutros casos, por proposta dos serviços municipais.

Presidente

Secretário

No que concerne às alterações impostas por lei, temos desde logo as seguintes matérias:

1. **Licenciamento zero** — No âmbito do Programa Simplex, foi publicado o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril de 2011, que simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas, no contexto da iniciativa designada «Licenciamento zero». Este diploma visa a desmaterialização e a simplificação do regime de licenciamento de diversas atividades económicas que, pela sua importância, se revelam nas seguintes medidas:

- Elimina o regime de Licenciamento de exercício de atividade de venda de bilhetes para espetáculos públicos em estabelecimentos comerciais e o exercício da atividade de realização de leilões em lugares públicos;
- Cria um regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;
- Simplifica ou elimina Licenciamentos habitualmente conexos com aquele tipo de atividades económicas e fundamentais ao seu exercício - concentrando eventuais obrigações de mera comunicação prévia no mesmo balcão eletrónico - tais como os relativos a:

- a) Utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins (nomeadamente, a instalação de um toldo, de um expositor ou de outro suporte informativo, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos);
- b) Horário de funcionamento, suas alterações e respetivo mapa; e
- c) Afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, em determinados casos relacionados com a atividade do estabelecimento, sem prejuízo das regras sobre ocupação do domínio público.

Com vista a cumprir o objetivo apontado, o diploma define um modelo que se processará basicamente on-line, via eletrónica, através de um Balcão Único Eletrónico, designado "Balcão do Empreendedor", criado pela Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril.

Neste âmbito foram criadas as taxas que vêm substituir a anterior designada declaração prévia, pelos conceitos de mera comunicação prévia e comunicação prévia com prazo, tendo sido apurado pelos serviços os respetivos custos e fundamentação económica associada.

Presidente

Secretário

2. **Transferência de farmácias** — a Lei n.º 26/2011, de 16 de Junho, veio prever a necessidade de a Câmara Municipal emitir parecer prévio quanto á transferência de farmácias dentro do mesmo Município.

Quanto a este aspeto foi criada a taxa respetiva de apreciação e emissão de parecer quanto ao pedido de transferência de farmácia dentro da área do Município.

3. Emissão de **certificados** de registo do **cartão de cidadão da União Europeia** - a Portaria n.º 1334-D/10, de 31 de Dezembro, veio alterar os valores a cobrar pela emissão dos referidos documentos anteriormente previstos na Portaria n.º 1637/06, de 17 de Outubro, existindo a necessidade de adaptar os valores previstos na tabela de taxas e respetiva repartição de encargos entre o Serviço Estrangeiros e Fronteiras e a Câmara Municipal de Lamego.

Relativamente às propostas dos serviços municipais, foram propostas as seguintes alterações:

1. Foi efetuada uma proposta de redução na maioria das taxas a cobrar no atual regulamento, dada a inexecutabilidade da sua cobrança até à presente data, consentânea, aliás, com a retração económica verificada a nível internacional, nacional e local.
2. Foi introduzida a taxa referente emissão e autenticação e alargamento de horários de abertura dos estabelecimentos comerciais de venda ao público e de prestação de serviços.
3. Foram inseridas as taxas referentes ao registo de cidadãos da União Europeia. De referir que a taxa inserida corresponde apenas a 50% do valor a pagar pelo requerente, tal como é estabelecido pelo art. 4º, da Portaria 1334D/2010, de 31 de dezembro.
4. Foi eliminado o capítulo VI referente à condução e registo de veículos ciclomotores, dado que as competências nesta matéria foram transferidas para o IMTT, tal como estabelecem os Decretos-Lei 128/2006 de 5 de julho e 313/2009, de 27 de outubro.
5. Foram introduzidas as taxas referentes ao parecer prévio para autorização da transferência de farmácias, no âmbito do disposto na Lei n.º 26/2011, de 16 de junho.
6. Relativamente aos Serviços de Abastecimento de Águas, foi adaptado um modelo de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Águas, de

Presidente

Secretário

Drenagem de Águas Residuais e Tarifário, proposto pela ERSAR e em conformidade com o exigido no Dec-Lei 194/2009, de 20 de agosto e Portaria 34/2011, de 13 de janeiro.

7. Foi proposto novo tarifário de serviços de água, drenagem de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos, sob observância das recomendações tarifárias da ERSAR, com alterações ao nível de:
 - a) Estrutura tarifária e critérios de diferenciação;
 - b) Implementação de novas tarifas especiais (tarifa social para utilizadores domésticos e utilizadores não domésticos e tarifa de fugas de água para utilizadores não domésticos);
 - c) Novo preço para fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos para todas as tarifas;
 - d) Cobrança de ramais de água e saneamento que passa a ser imputada ao consumidor apenas quando possuam extensão superior a 20 metros.
8. Foi introduzida a taxa referente ao transporte, montagem e desmontagem de palcos;
9. Foi alterada a taxa do estacionamento de duração limitada (parcómetros):
 - a) Possibilidade de estacionamento até 4 horas diárias com escalonamento da tarifa;
 - b) Introdução da possibilidade de adesão ao cartão de morador;
10. Foram introduzidas as taxas municipais a aplicar no Parque Biológico da Serra das Meadas que incidem sobre serviços prestados a particulares ou outros organismos públicos ou privados, designadamente pela utilização da sala de formação, acesso a visitas guiadas ou não, em grupo ou individuais, e pela participação em atividades pedagógicas e lúdicas, nos termos estabelecidos no regulamento do Parque Biológico da Serra das Meadas;
11. Foram atribuídas taxas referentes à atribuição de números de polícia.
12. Foi criada uma nova taxa que vem fixar as condições de criação, lançamento, liquidação e cobrança da taxa municipal de prevenção de riscos coletivos e proteção civil, doravante designada abreviadamente por TMPC.

Termos em que se propõe:

Presidente

Secretário

- 1) A aprovação do Projeto do Regulamento e da Tabela de Taxas e Outras receitas do Município de Lamego, do estudo económico-financeiro que fundamentou os referidos documentos, para o ano de 2012, nos termos do art.º 64.º, n.º 6, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro e da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, devidamente atualizada;
- 2) Que o Projeto do Regulamento, a Tabela de Taxas e o Estudo económico-financeiro que se anexam, sejam submetidos a discussão pública, nos termos do art.º 118.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo período de 30 dias úteis a contar da publicação no Diário da República;
- 3) Que sejam consultadas as entidades representativas dos interesses abrangidos pelo citado Projeto de Regulamento, no prazo definido para a discussão pública;
- 4) Que o Projeto de Regulamento de taxas e outras receitas do Município, a Tabela de Taxas e a fundamentação económico-financeira que os suporta anexos à presente deliberação sejam publicitados integralmente e de forma permanente no site da Autarquia;
- 5) Que seja aprovada a presente deliberação em minuta para Imediata produção de efeitos, nos termos do n.º 3, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

20-ASSUNTO: PROPOSTA DE ACORDO DE GEMINAÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES, A JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ, O GRUPO DADORES DE SANGUE DE PERNES E A ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE LAMEGO (**COD 08**)

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 38/08/12 do senhor presidente da Câmara Municipal a qual refere que foi presente à reunião de Câmara Municipal, em 31 de Maio de 2011, uma proposta de geminação entre o Município de Lamego, o Município de Santarém, a Junta de Freguesia de Pernes, a Junta de Freguesia da Sé, o Grupo de Dadores de Sangue de Pernes e a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Lamego, com o objetivo de formalizar um protocolo que cimente as relações entre estas entidades referidas, tendo sido deliberado, por unanimidade, estabelecer a referida geminação, caso o Município de Santarém manifestasse interesse.

Em 29 de Dezembro de 2011, veio o Município de Santarém expressar interesse na referida geminação, sugerindo que a mesma ocorra entre as quatro entidades acima referidas.

Face ao exposto e considerando a solicitação e vontade expressas das entidades envolvidas, num acordo de geminação com a cidade de Lamego, propõe que seja aprovada a proposta do “Acordo de Geminação”.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, associar-se ao “Acordo de Geminação” a celebrar entre as instituições de caráter humanitário constituídas pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Lamego e o Grupo de Dadores de Sangue de Pernes e as Juntas de Freguesia da Sé/Lamego e de Pernes/Santarém, de modo a cimentar as relações entre as entidades referidas.

21-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A ESTABELECEER ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E O SPORTING CLUBE DE LAMEGO (COD 52-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 39/52-A/12 do senhor presidente da Câmara Municipal para que seja aprovada a minuta do protocolo a estabelecer entre o Município de Lamego e o Sporting Clube de Lamego, no valor de 40.000,00 € (quarenta mil euros), nos termos e com os fundamentos expressos no referido protocolo, que se dá aqui por integralmente reproduzido.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

A propósito deste assunto o senhor vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro proferiu a seguinte declaração de voto: “Salvaguardando as posições já por mim assumidas sobre este e outros assuntos desta natureza, aquando da análise e votação do Plano e Orçamento para o ano de 2012, que votei contra, bem como noutras

Presidente

Secretário

deliberações proferidas pela Câmara de Lamego, não me oponho, no entanto, à celebração deste protocolo e consequentes repercussões financeiras, tendo em conta que este encargo já resulta dos instrumentos de gestão financeira aprovados para o ano de 2012.”

22-ASSUNTO: RECUPERAÇÃO DA TORRE DO CASTELO PARA INSTALAÇÃO DO MUSEU MILITAR E REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DAS ARMAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 41/41/12 do senhor vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico para que, nos termos do artigo 18º alínea a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36º, do CCP, seja ratificado o seu despacho datado de 20 de janeiro de 2012, no qual determinou que sejam aceites alguns dos erros e omissões referidos nas listas apresentadas pelos interessados no âmbito do procedimento concursal referenciado em epígrafe e que seja aceite o novo mapa de quantidades da empreitada em apreço, mapa esse efetuado após revisão das medições feitas pelos projetistas. Mantem-se o preço pelo qual o Município se propunha executar a obra.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

23-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 42/41/12 do senhor vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico segundo a qual, nos termos do artigo 18º alínea a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 36º, do CCP, propõe que de acordo com o relatório final do júri, se adjudique à empresa Francisco Pereira Marinho & Irmãos, S.A., a empreitada em apreço, pelo valor de 1.289.801,70 € (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil e oitocentos e um euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 180 dias e demais condições do caderno de encargos.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

24-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO PELA MORTE DE UM VITELO (COD 17)

REQUERENTE: ANTÓNIO REBELO DA SILVA MOURA

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 43/17/12 do senhor vice-presidente da Câmara Municipal referindo que o senhor António Rebelo da Silva Moura deduziu nesta Câmara Municipal um pedido de indemnização, no valor de 550,00 €, pela morte de um vitelo que lhe pertencia e que terá sido morto por dois cães pertencentes ao Parque Biológico da Serra das Meadas.

Inquiridas as testemunhas indicadas no processo ressalta que o vitelo em causa foi atacado por um cão, denominado Raio, que se encontrava instalado, à data, no Parque Biológico.

Estando, assim, reunidos os pressupostos determinantes da responsabilidade civil e verificada a responsabilidade do Município de Lamego na situação vertente, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja atribuída a indemnização ao requerente, no valor de € 400,00, valor atribuído ao vitelo em causa.

Deliberado: A Câmara Municipal de Lamego deliberou, por unanimidade, atribuir uma indemnização ao senhor António Rebelo da Silva Moura, no valor de 400,00 € (quatrocentos euros), condicionada à existência de disponibilidade financeira, para efeitos de cabimento, requisição e pagamento.

25-ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE MUDANÇA DA ENTIDADE TITULAR DA EXPLORAÇÃO (COD 42)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO BAIRRO DA PONTE

LOCAL DA OBRA: LARGO DO CHAFARIZ, N.º 57 – SÉ

Presente proposta de deliberação n.º 44/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 259/DUDE, de 19 de janeiro de 2012, referente a uma queixa que a D. Alzira de Jesus Diogo proprietária de um estabelecimento de bebidas sito no bairro da ponte fez relativamente à Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte, pelo facto de na sede desta associação funcionar um estabelecimento de bebidas que segundo a queixosa está a fazer concorrência desleal.

A direção da associação vem referir que na sua sede apenas entram os seus sócios, logo não há fornecimento de bebidas a outras pessoas que não sejam os seus associados, estando essa condição afixada e bem visível. Assim, de acordo com o n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de junho, alterado pela

Presidente

Secretário

Lei n.º 16/2012, de 30 de julho, a verificarem-se estas condições não é considerado um estabelecimento de bebidas, no entanto, a queixosa afirma o contrário.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere e decida quais as medidas a adotar.

Deliberado: Transita para a próxima reunião.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Dimas da Piedade Francisco, Cepões;
2. Manuel Modesto Silva Correia, Ferreiros de Avões;
3. Paulo Jorge, Lalim;
4. Alzira de Jesus Diogo, Lamego.

1. Usou da palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco** que começou por se regozijar com a qualidade da intervenção feita pelo senhor presidente da Câmara feita em Viseu, a propósito da Reforma da Administração Local, referiu-se, também, à rotunda de Lalim, na EN 222, não compreendendo como é que a Câmara constrói uma rotunda tão apertada em que os automobilistas só se apercebem da mesma quando estão em cima dela, tornando-se, assim, num perigo para quem nela circula.

De seguida fez um reparo acerca da Estrada do Relógio do Sol, uma vez que se encontra cheia de buracos. Sugeriu que deveria ser reparada, pois trata-se de uma via importante de entrada e saída da cidade de Lamego.

Solicitou, ainda, ao senhor presidente da Câmara para que os serviços técnicos pudessem fazer o levantamento topográfico para arranjo da Igreja do Senhor do Calvário em Britiande.

O senhor **Presidente da Câmara** informou o senhor Dimas que a rotunda do Cruzeiro de Lalim foi construída no âmbito da empreitada de Ligação da EN 226 ao Centro Escolar do Sudeste, em Ferreirim e que foi construída mediante projeto

Presidente

Secretário

imposto pela empresa Estradas de Portugal, S.A., não havendo nada que a Câmara possa fazer. As estradas de Portugal alegam que este tipo de rotunda constitui uma medida de acalmia de tráfego, ou seja, tem como objetivo obrigar os condutores a reduzir a velocidade.

Informou também que o pavimento degradado no arruamento de acesso ao relógio de sol resultou de um problema no sistema de drenagem de águas pluviais no local, que provocou o enchimento das caixas de visita, tendo a subida do nível provocado a infiltração de água na camada de sub-base em tout venant e a degradação do pavimento. Já foi feita uma correção no sistema de drenagem, através de ligação das duas redes existentes no local e da substituição das tampas fechadas por outras ranhuradas. Logo que haja a certeza de que esta alteração resulta, então proceder-se-á à reparação do pavimento.

Quanto ao levantamento topográfico solicitado informou o senhor Dimas que se o mesmo for requerido oficialmente pela irmandade ou pela junta de freguesia, a Câmara tudo fará para apoiar a realização daquela obra.

2. O senhor **Manuel Modesto Silva Correia**, no uso da palavra, lembrou uma vez mais o mau estado do caminho do Lugar do Ribeiro, que não permite a passagem de qualquer viatura automóvel, solicitando ao senhor Presidente da Câmara urgência no desenvolvimento deste assunto, nomeadamente se já foi feita alguma candidatura nesse sentido.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou o senhor Manuel Modesto Silva Correia que ainda não abriram candidaturas para caminhos rurais, assim que estiverem abertas os serviços técnicos desta Câmara elaborarão o projeto e será feita a candidatura.

3. O senhor **Paulo Jorge** interveio para lembrar mais uma vez o senhor Presidente da Câmara da falta de rede de água e saneamento no Lugar do Outeiro, freguesia de Lalim.

O senhor **Presidente da Câmara** informou que já foi feito o levantamento pelos serviços técnicos da DMSU e elaborado o caderno de encargos da referida obra, estando a aguardar cabimento orçamental na Divisão de Finanças e Património.

Presidente

Secretário

Acrescentando, no entanto, que, infelizmente, não é o único povo do concelho que ainda não tem ligação de água e saneamento.

4. Seguidamente usou da palavra a senhora D. **Alzira de Jesus Diogo**, referindo-se novamente ao assunto do Bar da Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte. Afirmou que o bar se encontra em funcionamento, continuando a fazer concorrência desleal ao café de que é proprietária, naquele local.

O senhor **Presidente da Câmara** informou a senhora Alzira de Jesus Diogo que o assunto estava agendado para a reunião de hoje no sentido de dar uma resolução a este caso.

26-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

27-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária